


ENTRE A CIDADE VITRINE E A CIDADE REAL: O PARQUE LINEAR DA NOVA DOCA E AS CONTRADIÇÕES DO URBANISMO DE MEGAEVENTOS EM BELÉM (COP-30)

BETWEEN THE SHOWCASE CITY AND THE REAL CITY: THE NOVA DOCA LINEAR PARK AND THE CONTRADICTIONS OF MEGA-EVENT URBANISM IN BELÉM (COP-30)

ENTRE LA CIUDAD VITRINA Y LA CIUDAD REAL: EL PARQUE LINEAL DE LA NUEVA DOCA Y LAS CONTRADICCIONES DEL URBANISMO DE MEGAEVENTOS EN BELÉM (COP-30)

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-254>

Data de submissão: 24/09/2025

Data de publicação: 24/10/2025

Yasmin Siqueira Martins

Mestranda em Direito

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: adv.yaminmartins@gmail.com

Daniella Maria dos Santos Dias

Doutora em Direito

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: diasdaniella@gmail.com

RESUMO

A cidade de Belém (PA), historicamente marcada por desigualdades socioespaciais, revela no contraste entre centro e periferia a divisão entre a "cidade vitrine" e a "cidade real" (MIRANDA, 2023). A preparação para a COP-30, especialmente por meio do Parque Linear da Nova Doca, simboliza esse paradoxo: enquanto áreas nobres recebem vultosos investimentos, bairros periféricos permanecem expostos a esgoto a céu aberto, alagamentos e ausência de áreas verdes e lazer (CASTRO; DIAS, 2025). Embora a literatura sobre megaeventos e urbanismo neoliberal seja crescente (ROLNIK, 2015), permanece uma lacuna de conhecimento sobre os impactos socioespaciais desses processos na Amazônia urbana, particularmente sobre como a lógica da modernidade líquida se materializa em cidades periféricas do sistema-mundo. Este estudo tem como objetivo analisar como a obra da Nova Doca expressa as contradições da urbanização seletiva em Belém, buscando responder: como o Parque Linear da Nova Doca expressa as contradições da urbanização em Belém, evidenciando a lógica seletiva e excludente dos megaeventos no contexto da modernidade líquida? A pesquisa é qualitativa, de base dedutiva, fundamentada em análise documental, normativa e bibliográfica, envolvendo fontes acadêmicas, institucionais e jornalísticas. A análise articula os conceitos de Zygmunt Bauman, como modernidade líquida, globalização, cidade espetáculo, "locais" e "globais", descartabilidade social e medo líquido, cujas categorias de instabilidade e fluidez das relações contemporâneas oferecem chaves interpretativas adequadas para compreender as dinâmicas urbanas de megaeventos (BAUMAN, 1999; 2001), evidenciando como a capital paraense se conecta seletivamente ao circuito internacional enquanto mantém suas periferias à margem. Os resultados indicam que a preparação de Belém para a COP-30 reproduz a lógica do urbanismo de fachada, privilegiando a estética e a visibilidade internacional em detrimento da inclusão social. Conclui-se que a COP-30 não apenas projeta Belém como vitrine global, mas também expõe de forma contundente as contradições estruturais de sua urbanização, revelando que a modernização segue privilégio de poucos, enquanto o direito à cidade permanece negado à maioria.

Palavras-chave: Parque Linear da Nova Doca. COP-30. Modernidade Líquida. Urbanismo Seletivo. Direito à Cidade.

ABSTRACT

The city of Belém (PA), historically marked by socio-spatial inequalities, reveals in the contrast between center and periphery the division between the "showcase city" and the "real city" (MIRANDA, 2023). The preparation for COP-30, especially through the Nova Doca Linear Park, symbolizes this paradox: while affluent areas receive substantial investments, peripheral neighborhoods remain exposed to open sewage, flooding, and lack of green areas and leisure facilities (CASTRO; DIAS, 2025). Although the literature on mega-events and neoliberal urbanism is growing (ROLNIK, 2015), a knowledge gap remains regarding the socio-spatial impacts of these processes in urban Amazonia, particularly on how the logic of liquid modernity materializes in peripheral cities of the world-system. This study aims to analyze how the Nova Doca project expresses the contradictions of selective urbanization in Belém, seeking to answer: how does the Nova Doca Linear Park express the contradictions of urbanization in Belém, evidencing the selective and exclusionary logic of mega-events in the context of liquid modernity? The research is qualitative, deductively based, grounded in documental, normative, and bibliographical analysis, involving academic, institutional, and journalistic sources. The analysis articulates Zygmunt Bauman's concepts, such as liquid modernity, globalization, spectacle city, "locals" and "globals," social disposability, and liquid fear, whose categories of instability and fluidity of contemporary relations offer adequate interpretive keys to understand the urban dynamics of mega-events (BAUMAN, 1999; 2001), demonstrating how the capital of Pará selectively connects to the international circuit while keeping its peripheries marginalized. The results indicate that Belém's preparation for COP-30 reproduces the logic of façade urbanism, privileging aesthetics and international visibility over social inclusion. It is concluded that COP-30 not only projects Belém as a global showcase but also strikingly exposes the structural contradictions of its urbanization, revealing that modernization remains a privilege for few, while the right to the city continues to be denied to the majority.

Keywords: Nova Doca Linear Park. COP-30. Liquid Modernity. Selective Urbanism. Right to the City.

RESUMEN

La ciudad de Belém (PA), históricamente marcada por desigualdades socioespaciales, revela en el contraste entre centro y periferia la división entre la "ciudad vitrina" y la "ciudad real" (MIRANDA, 2023). La preparación para la COP-30, especialmente a través del Parque Lineal de la Nueva Doca, simboliza esta paradoja: mientras las áreas nobles reciben cuantiosas inversiones, los barrios periféricos permanecen expuestos a aguas residuales a cielo abierto, inundaciones y ausencia de áreas verdes y de recreación (CASTRO; DIAS, 2025). Aunque la literatura sobre megaeventos y urbanismo neoliberal es creciente (ROLNIK, 2015), persiste una laguna de conocimiento sobre los impactos socioespaciales de estos procesos en la Amazonía urbana, particularmente sobre cómo la lógica de la modernidad líquida se materializa en ciudades periféricas del sistema-mundo. Este estudio tiene como objetivo analizar cómo la obra de la Nueva Doca expresa las contradicciones de la urbanización selectiva en Belém, buscando responder: ¿cómo el Parque Lineal de la Nueva Doca expresa las contradicciones de la urbanización en Belém, evidenciando la lógica selectiva y excluyente de los megaeventos en el contexto de la modernidad líquida? La investigación es cualitativa, de base deductiva, fundamentada en análisis documental, normativo y bibliográfico, con fuentes académicas, institucionales y periodísticas. El análisis articula los conceptos de Zygmunt Bauman, como modernidad líquida, globalización, ciudad espectáculo, "lugares" y "globales", descartabilidad social y miedo líquido, cuyas categorías de inestabilidad y fluidez de las relaciones contemporáneas ofrecen

claves interpretativas adecuadas para comprender las dinámicas urbanas de los megaeventos (BAUMAN, 1999; 2001), evidenciando cómo la capital paraense se conecta selectivamente al circuito internacional mientras mantiene sus periferias al margen. Los resultados indican que la preparación de Belém para la COP-30 reproduce la lógica del urbanismo de fachada, privilegiando la estética y la visibilidad internacional en detrimento de la inclusión social. Se concluye que la COP-30 no solo proyecta a Belém como vitrina global, sino que también expone de manera contundente las contradicciones estructurales de su urbanización, revelando que la modernización sigue siendo privilegio de pocos, mientras el derecho a la ciudad continúa negado a la mayoría.

Palabras clave: Parque Lineal de la Nueva Doca. COP-30. Modernidad Líquida. Urbanismo Selectivo. Derecho a la Ciudad.

1 INTRODUÇÃO

A urbanização de Belém, capital do Pará, é marcada por um processo histórico de desigualdade socioespacial que remonta ao período colonial e se intensificou ao longo do século XX (MIRANDA, 2023). A expansão desordenada da cidade consolidou um padrão fragmentado, no qual os bairros centrais concentram infraestrutura, investimentos e equipamentos urbanos, enquanto as periferias permanecem submetidas à precariedade de saneamento, mobilidade, áreas verdes e políticas públicas efetivas. Esse quadro estrutural de desigualdade revela não apenas escolhas políticas, mas também a persistência de um modelo de urbanização seletiva, que privilegia setores estratégicos em detrimento da maioria da população.

Nesse cenário, insere-se a preparação de Belém para sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), a ser realizada em novembro de 2025. O megaevento internacional, ao mesmo tempo em que projeta a cidade para o circuito global do debate climático, desencadeia uma série de obras de requalificação e intervenções urbanas.

Entre elas, destaca-se o Parque Linear da Nova Doca, localizado em uma das regiões mais valorizadas da capital, concebido como vitrine urbana da "nova Belém". Apresentado sob o discurso de modernização e sustentabilidade, o projeto concentra recursos vultosos em área nobre já consolidada, interpretadas por especialistas como expressões de greenwashing urbano, enquanto bairros periféricos continuam a enfrentar esgoto a céu aberto, alagamentos recorrentes, ausência de áreas verdes e de equipamentos comunitários.

Diante desse paradoxo, esta pesquisa se orienta pela seguinte pergunta-problema: como o Parque Linear da Nova Doca expressa as contradições da urbanização em Belém, evidenciando a lógica seletiva e excludente dos megaeventos no contexto da modernidade líquida?

O objetivo geral é analisar como a obra da Nova Doca, enquanto intervenção emblemática da preparação para a COP-30, contribui para reforçar a fragmentação socioespacial de Belém e reproduz o urbanismo de fachada característico de megaeventos. De modo específico, pretende-se: (1) examinar o Parque Linear da Nova Doca como símbolo da "cidade vitrine" construída para a COP-30; (2) discutir as contradições da modernidade líquida e da globalização no espaço urbano de Belém, com base em Bauman; (3) identificar os impactos jurídicos, urbanísticos e sociais do urbanismo seletivo sobre o direito à cidade e a justiça ambiental; e (4) comparar o contraste entre a cidade central valorizada e a cidade real das periferias negligenciadas.

A relevância social desta pesquisa reside em explicitar como a preparação para um megaevento internacional pode reproduzir desigualdades históricas, ao invés de superá-las, impondo custos

socioambientais desproporcionais às populações periféricas, frequentemente submetidas ao racismo ambiental, às remoções forçadas e ao medo difuso de perderem seus territórios. Já a relevância científica está em contribuir para o ainda incipiente debate acadêmico sobre os efeitos socioespaciais dos megaeventos na Amazônia urbana, articulando um estudo de caso local a referenciais teóricos globais.

A fundamentação teórica parte especialmente de Zygmunt Bauman, cujas categorias — globalização, modernidade líquida, cidade espetáculo, medo líquido e descartabilidade social — permitem compreender como obras como a Nova Doca se inserem em um processo mais amplo de financeirização e mercantilização das cidades periféricas do sistema-mundo. Ao mesmo tempo, dialoga-se com autores como Rolnik (2015) e Lefebvre (2001), que problematizam os impactos da gentrificação e da negação do direito à cidade nos contextos de urbanismo neoliberal.

A metodologia é qualitativa, de base dedutiva, com ênfase na análise documental, normativa e bibliográfica. Serão mobilizadas fontes acadêmicas (artigos, dissertações e livros), institucionais (relatórios e dados oficiais), jornalísticas (notícias, matérias investigativas e reportagens nacionais e locais) e normativas (como o Estatuto da Cidade e a legislação urbanística), de forma a construir um panorama crítico das intervenções ligadas à COP-30. O estudo de caso terá como foco a obra do Parque Linear da Nova Doca, compreendida como intervenção emblemática e simbólica do urbanismo seletivo em Belém. A análise será desenvolvida em perspectiva comparativa, considerando a realidade de bairros periféricos que não receberam investimentos de requalificação, a fim de evidenciar os contrastes e contradições na distribuição territorial dos recursos públicos.

É importante frisar que se trata de uma pesquisa de caráter preliminar, realizada durante a execução das obras, o que limita a análise empírica de seus impactos de longo prazo. Ainda assim, a sistematização de dados já disponíveis possibilita apontar tendências e contradições, bem como propor questionamentos acerca do modelo de planejamento urbano adotado.

Além disso, este trabalho contribui para a ainda escassa produção acadêmica sobre os efeitos socioespaciais de megaeventos na Região Norte do país, promovendo o aprofundamento teórico e empírico de um tema com grande potencial de transformação — e também de exclusão — tanto no campo dos direitos urbanos quanto no das práticas de planejamento territorial. Diante disso, o presente artigo propõe analisar os impactos dessas intervenções sob uma perspectiva jurídica, urbanística e social, destacando suas potencialidades e riscos para a efetivação do direito à cidade e para a construção de uma urbanização mais justa e inclusiva.

Para alcançar seus objetivos, o artigo organiza-se da seguinte forma: o primeiro tópico corresponde à introdução; o segundo discute a COP-30 como expressão das contradições da

modernidade líquida; o terceiro analisa criticamente o Parque Linear da Nova Doca enquanto símbolo da "cidade vitrine" construída para o megaevento; o quarto realiza a contraposição entre a Nova Doca e as periferias, explorando as desigualdades socioespaciais e ambientais; e, por fim, apresentam-se as considerações finais, que sintetizam os achados e apontam caminhos para uma política urbana mais democrática, inclusiva e ambientalmente justa.

A hipótese orientadora desta investigação sugere que as obras para a COP 30 evidenciam como a valorização seletiva de determinados territórios pode deslocar populações vulneráveis, intensificar a segregação socioespacial e restringir o acesso de grupos historicamente marginalizados a centralidades urbanas e equipamentos públicos.

Espera-se demonstrar que a preparação de Belém para a COP-30, materializada na obra do Parque Linear da Nova Doca, reafirma a lógica do urbanismo seletivo e de fachada, privilegiando áreas centrais já valorizadas em detrimento das periferias historicamente negligenciadas. Longe de reduzir desigualdades, as intervenções reforçam a fragmentação socioespacial, aprofundam processos de gentrificação e evidenciam o racismo ambiental. A leitura a partir das ideias de Bauman permite compreender o evento internacional como expressão das contradições da modernidade líquida, na medida em que transforma Belém em vitrine global, voltada ao olhar dos "globais", enquanto mantém a cidade real e seus "locais" à margem dos benefícios, revelando que a modernização segue privilégio de poucos, enquanto o direito à cidade permanece negado à maioria.

2 PARQUE LINEAR DA NOVA DOCA: URBANISMO SELETIVO

As obras preparatórias para a COP-30 não se restringem a um conjunto disperso de intervenções urbanas. Pelo contrário, trata-se de uma estratégia de planejamento que estabeleceu recortes espaciais prioritários, indicando quais áreas da cidade seriam remodeladas para atender às exigências do evento. Antes de analisar em detalhe essa obra, é necessário compreender a lógica territorial que orientou as transformações: a concentração de esforços em um setor específico, demarcado como prioritário pelo poder público.

As intervenções previstas para a COP-30 foram direcionadas a um perímetro denominado "Polígono COP-30", definido pelo poder público como área estratégica para a execução das obras. Com aproximadamente 30 km², o polígono se estende do centro histórico até o bairro do Marco, abrangendo regiões nobres e turísticas como a Doca, o Ver-o-Peso e corredores de mobilidade de interesse econômico (SUMAÚMA, 2025).

Nesse cenário, um dos projetos mais emblemáticos anunciados pelo Governo do Pará é o Parque Linear da Nova Doca, situado ao longo da Avenida Visconde de Souza Franco,

tradicionalmente conhecida como Doca, no bairro do Reduto. Apresentada como obra central para a COP-30, a iniciativa foi divulgada como um marco de modernização urbana, destinada a simbolizar o alinhamento de Belém ao discurso global de sustentabilidade e inovação — discurso que, como observa Bauman (2001), caracteriza a fluidez da modernidade líquida, em que projetos urbanos são concebidos para produzir imagens de progresso mais do que transformações estruturais duradouras (AGÊNCIA PARÁ, 2025).

O projeto busca construir uma nova imagem da cidade, inserindo Belém em um circuito internacional de cidades que utilizam parques lineares e frentes d'água como vitrines de urbanismo "verde" e sustentável. Segundo a Casa Cor, "mais do que áreas de lazer, os parques lineares cumprem papéis ambientais fundamentais, como a recuperação de ecossistemas degradados, o controle de enchentes e a melhoria da qualidade do ar" (CASACOR, 2025).

De acordo com a Secretaria de Estado de Obras Públicas (Seop), responsável pela execução, a intervenção compreende a transformação do canal da Doca em um parque linear com ciclovias, passagens elevadas, áreas de lazer, praças e novo paisagismo:

O novo espaço propõe o resgate da memória da água com suas vivências e ecossistemas de referência originais, criando um parque linear contínuo, com a utilização do entorno com novos espaços públicos de lazer, esporte e contemplação para a população. Ao mesmo tempo, proporcionará aos frequentadores a interação com a contemplação do curso d'água existente, com novo tratamento ambiental e paisagístico. Ao longo da Nova Doca, serão implantados mirantes, quiosques de alimentação, parque infantil, academia ao ar livre e espaços de contemplação integrados à paisagem do canal, que será completamente reconstruído (AGÊNCIA PARÁ, 2023).

Além disso, o projeto da Nova Doca prevê uma passarela com mirante elevado, concebida como espaço de observação e convivência, com arquibancadas para uso do público. Outro destaque é o chamado balé das águas, composto por fontes interativas integradas à área de eventos culturais (CNN BRASIL, 2025).

Ademais, destaca-se o uso de tecnologias inovadoras para o tratamento do leito do canal. Diferente dos demais canais de Belém, a Nova Doca contará com sistemas sustentáveis de saneamento: wetlands flutuantes (ilhas de plantas que absorvem poluentes), jardins de chuva (áreas permeáveis que retêm e filtram a água das chuvas) e biovaletas (valas vegetadas que drenam e purificam a água). Todas utilizam plantas fitorremediadoras para filtrar naturalmente a água, com o objetivo de melhorar a qualidade hídrica, reduzir a carga poluente e recriar um ecossistema urbano mais equilibrado (AGÊNCIA PARÁ, 2025).

Acrescenta-se, ainda, a instalação dos chamados "jardins suspensos" ou "árvores artificiais", estruturas metálicas recobertas por plantas trepadeiras, concebidas para oferecer sombra em áreas onde o governo alega haver restrições para o plantio direto. A justificativa oficial foi a de que se trata de uma inovação estética e funcional, inspirada em modelos internacionais, como os de Singapura (G1 PARÁ, 2025).

Além das intervenções paisagísticas, o projeto da Nova Doca também prevê a instalação de comportas automáticas no canal, destinadas a reduzir os alagamentos recorrentes na área em Belém. Essas comportas funcionam tanto para conter a entrada da maré alta, bloqueando o refluxo das águas da baía, quanto para escoar a água da chuva acumulada no período das fortes precipitações. A proposta é criar um sistema de controle hídrico mais eficiente, capaz de evitar a inundação das vias e áreas adjacentes (AGÊNCIA PARÁ, 2025).

Todos esses elementos listados acima evidenciam que o projeto não se limita a uma obra de saneamento ou requalificação ambiental, mas incorpora uma dimensão simbólica e turística, típica de grandes intervenções urbanas ligadas a megaeventos: espaços pensados para impressionar visitantes e produzir imagens de modernidade, ainda que nem sempre atendam às demandas históricas da população local (ROLNIK, 2015).

Cabe destacar que a Doca não é um território qualquer. Considerada uma das regiões mais valorizadas da capital paraense, localizada em área nobre do bairro do Reduto, a avenida já contava com infraestrutura consolidada de mobilidade urbana, acesso a transporte público de qualidade, shopping centers, restaurantes e empreendimentos comerciais de alto padrão, configurando-se como espaço consolidado de uso pelas classes médias e altas.

A decisão do governo estadual de concentrar vultosos recursos — cerca de R\$ 310 milhões, em parceria com a Itaipu Binacional — em um espaço já valorizado, evidencia uma política de urbanismo seletivo, voltada mais à visibilidade internacional e à especulação imobiliária do que à inclusão social e territorial (G1 PARÁ, 2025).

Segundo informações oficiais, até agosto de 2025, mais de 90% das intervenções já estavam concluídas, com quadras do parque entregues ao uso público e divulgadas como símbolo da transformação da cidade para a COP-30 (SEOP, 2025). A inauguração parcial da obra, em ritmo acelerado, reforça a lógica dos megaeventos, em que prazos rígidos e a busca por impacto midiático prevalecem sobre processos participativos e sobre a prioridade de investimentos em áreas periféricas historicamente carentes de infraestrutura básica.

Como observa Harvey (2016), as contradições do capitalismo também se manifestam na produção desigual do espaço urbano. Assim, o caso do Parque Linear da Nova Doca revela um

paradoxo central da preparação de Belém para a COP-30: enquanto áreas periféricas permanecem desprovidas de arborização adequada, infraestrutura básica e investimentos em saneamento, o centro urbano recebe vultosos recursos destinados a um projeto de alto impacto midiático, mas de reduzida efetividade socioambiental.

Esse cenário revela de forma concreta as contradições da modernidade líquida descrita por Bauman (2001), em que a estética e a circulação de imagens globais prevalecem sobre soluções estruturais, duradouras e inclusivas. Dessa forma, torna-se inevitável a comparação entre a visibilidade e os investimentos concentrados na Nova Doca e a realidade das periferias de Belém, que seguem à margem das políticas urbanas e ambientais.

3 PARQUE LINEAR DA NOVA DOCA VERSUS PERIFERIAS: ENTRE A CIDADE VITRINE E A CIDADE REAL

A cidade de Belém, fundada em 1616, foi constituída a partir de um modelo urbano que refletia os interesses coloniais de ocupação e controle territorial. Desde seus primeiros traçados, a cidade foi organizada em torno de um núcleo central, onde se concentravam o poder político, militar e econômico. Esse espaço central se consolidou como área de prestígio, abrigando as elites coloniais, enquanto as populações mais pobres foram empurradas para áreas alagadiças, margens de igarapés e regiões periféricas, em condições de precariedade (MIRANDA, 2023).

Ao longo dos séculos, essa lógica de urbanização desigual foi se aprofundando. Como descreve Miranda (2023), o centro de Belém, marcado por praças, igrejas, prédios públicos e vias estruturadas, permaneceu como símbolo de modernização e visibilidade, enquanto as áreas periféricas cresceram de forma desordenada, sem infraestrutura adequada e à margem das políticas urbanas.

Esse contraste entre centro e periferia consolidou um padrão de segregação socioespacial que atravessa a história da cidade e ainda hoje orienta a distribuição dos investimentos públicos e privados. Ao mesmo tempo, ele limita o acesso da maioria da população ao pleno exercício do direito à cidade, transformando Belém em um espaço fragmentado, no qual os benefícios da urbanização são apropriados de forma desigual e seletiva.

O conjunto de obras e intervenções vinculadas à COP-30 em Belém insere a cidade na lógica dos megaeventos, marcada pela concentração de investimentos em áreas centrais e de alta visibilidade, em detrimento de políticas estruturais que poderiam reduzir desigualdades históricas nas periferias.

Esse modelo repete uma trajetória já observada em outras experiências brasileiras, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, quando a retórica oficial de progresso e inserção

internacional conviveu com contradições profundas, como remoções forçadas, gentrificação e intensificação da especulação imobiliária (ROLNIK, 2015).

É nesse cenário que se impõe a comparação entre o Parque Linear da Nova Doca, localizado em uma das regiões mais valorizadas da capital, e os canais que atravessam bairros populares. Há uma série de obras de infraestrutura, requalificação de espaços públicos e investimentos que, embora apresentem uma fachada de inovação e sustentabilidade, revelam contradições próprias da modernidade líquida (BAUMAN, 2001), ao promover soluções aparentes para problemas estruturais.

Passa-se, portanto, a examinar as contradições para a conferência internacional: de um lado, a construção de uma cidade-vitrine, equipada com tecnologias inovadoras e espaços de lazer voltados à projeção global; de outro, a permanência de uma cidade real, marcada pela falta de políticas estruturais para atender às necessidades cotidianas de sua população.

3.1 PARTICIPAÇÃO POPULAR NEGADA E REMOÇÕES EM NOME DAS OBRAS DA COP-30

Em primeiro lugar, embora o Parque seja amplamente divulgado como um símbolo de melhorias urbanas — com ciclovias, praças, paisagismo e drenagem — há fortes críticas relativas à ausência de participação popular e priorização de áreas valorizadas em detrimento de setores historicamente negligenciados.

A definição sobre quais seriam as obras, em nenhum momento foi submetida a um processo efetivo de deliberação democrática, em clara violação às diretrizes do Estatuto da Cidade, que estabelece a gestão democrática como princípio fundamental da política urbana, assegurando a participação da população na formulação, execução e acompanhamento de projetos de grande impacto (art. 2º, II; art. 40, § 4º, I) (BRASIL, 2001).

A participação ativa das comunidades periféricas é fundamental, pois são justamente esses territórios que sofrem os impactos mais intensos das alterações climáticas e das intervenções urbanas associadas aos megaeventos. Em Belém, iniciativas como a COP das Baixadas — idealizada por coletivos juvenis da periferia — buscaram descentralizar o debate climático, tornando-o mais próximo da realidade dos territórios mais vulneráveis e reivindicando justiça climática e direito à cidade (CARTA CAPITAL, 2024).

No entanto, a ausência de diálogo com a população tem gerado consequências concretas e dolorosas. Embora nenhuma remoção tenha sido registrada diretamente para a construção do Parque Linear da Doca, as obras de macrodrenagem em áreas periféricas vinculadas à COP 30, em trechos dos canais do Guamá, Terra Firme e áreas próximas aos canais do Caraparu, Tucunduba e Lago Verde incluíram remoções de famílias que vivem há décadas nessas margens (CARTA AMAZÔNIA, 2025).

A investigação da Carta Amazônia (2025) revelou que moradores receberam indenizações consideradas muito abaixo do valor de mercado — em torno de R\$ 27 mil a R\$ 41 mil —, prazos exíguos de apenas cinco dias para desocupação e a ausência de alternativas reais de reassentamento. Muitos afirmam que não houve reuniões prévias com o governo, apenas notificações unilaterais, o que gerou sentimento de injustiça e abandono, especialmente entre famílias que vivem há décadas nesses territórios construídos com esforço próprio.

Como evidenciou a reportagem do programa Profissão Repórter, exibida nacionalmente na TV Globo em 29 de julho de 2025, famílias do bairro Terra Firme foram notificadas sobre a demolição de seus imóveis, mas vivem a ansiedade de não saberem quando serão removidas e qual será o valor da indenização (G1, 2025).

Segundo reportagem da Folha de S.Paulo, as obras de saneamento e macrodrenagem no canal Caraparu, localizado no bairro do Guamá, avançam apenas no trecho mais largo do curso d'água, mas encontram dificuldade para prosseguir na área mais estreita, situada em uma curva. Os moradores das casas próximas foram informados sobre a possibilidade de demolição e convivem há meses com a incerteza quanto ao futuro do projeto. Algumas residências chegaram, inclusive, a ser sinalizadas com tinta vermelha (SASSINE, 2025).

Esse cenário de insegurança urbana e instabilidade dialoga com a noção de "medo líquido" de Bauman (2008), no qual as famílias não sabem se suas casas serão demolidas, comunidades que não têm clareza sobre o futuro de seus territórios, vivem sob constante ansiedade. Esse medo difuso fragiliza vínculos comunitários, amplia a sensação de vulnerabilidade e evidencia o caráter excludente da urbanização da cidade real.

Os moradores também denunciam que embora a macrodrenagem da bacia do Tucunduba seja anunciada como obra essencial contra alagamentos, trata-se de um projeto iniciado há quase 30 anos, sucessivamente interrompido e retomado, agora apresentado como legado da COP 30. Para os moradores, mais do que um investimento público, esse processo tem significado remoções mal conduzidas e o aprofundamento do racismo ambiental em bairros populares, sem assegurar condições dignas de permanência ou realocação (CARTA AMAZÔNIA, 2025).

Enquanto famílias pobres são deslocadas das margens de canais sob o argumento de obras de drenagem e urbanização, áreas já consolidadas e valorizadas — como a Avenida Visconde de Souza Franco, a "Nova Doca" — recebem vultosos investimentos que potencializam a valorização imobiliária e aceleram processos característico das cidades que recebem megaeventos: a gentrificação.

A financeirização urbana, segundo Rolnik (2015), transforma a cidade em plataforma de investimento, desvinculando-a de sua função social e subordinando-a às estratégias de rentabilidade

do capital global. Nesse processo, a gentrificação não ocorre apenas pela expulsão direta, mas também pela chamada "expulsão silenciosa", marcada pela elevação dos preços dos imóveis e do custo de vida, que inviabiliza a permanência da população de baixa renda nos espaços requalificados (CASTRO; DIAS, 2025).

Conforme evidencia Castro e Dias (2025), para que a COP 30 represente, de fato, uma oportunidade de desenvolvimento sustentável e transformação urbana, é fundamental que as políticas públicas incorporem mecanismos de participação popular efetiva e que os investimentos sejam direcionados ao fortalecimento da infraestrutura social, garantindo benefícios concretos para toda a população, e não apenas para setores privilegiados.

3.2 AUSÊNCIA DE ESPAÇOS DE LAZER, CONVIVÊNCIA E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A ausência de espaços públicos qualificados nas periferias de Belém constitui um dos elementos mais evidentes da desigualdade socioespacial urbana. Enquanto a Nova Doca concentra cicloviarias, passagens elevadas, áreas de lazer e praças ajardinadas, bairros como Terra Firme, Guamá e Jurunas apresentam altíssimos índices de adensamento populacional sem dispor de praças estruturadas, cicloviarias ou equipamentos culturais comunitários acessíveis.

Além disso, na Nova Doca serão implantados equipamentos públicos como mirantes, quiosques de alimentação, parque infantil, academia ao ar livre, entre outros, reforçando o caráter de vitrine do espaço urbano. Nas periferias, entretanto, sequer existem equipamentos comunitários básicos que garantam lazer, esporte ou cultura, o que amplia ainda mais o contraste entre centro e bordas da cidade.

Hayden (2022), ao retomar dados de pesquisas realizadas, demonstra que, já no ano 2000, havia uma forte desigualdade na distribuição de praças em Belém: enquanto bairros centrais como a Campina dispunham de cerca de 19 m² por habitante, áreas periféricas como Guamá, Benguí e Paracuri contavam com apenas 0,02 m², além da Pedreira e Pratinha (0,01 m²), configurando verdadeiros desertos de equipamentos de lazer. Para o autor, isso revela a centralização e a concentração geográfica e econômica dos espaços de lazer em áreas elitizadas, atingindo sobretudo os grupos com maior poder aquisitivo, enquanto as periferias permanecem desassistidas.

De forma semelhante, Lobato e Bahia (2022), a partir dos indicadores IDAC (Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural) e IDTEL (Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer), evidenciam que a oferta de equipamentos culturais e de lazer em Belém é fortemente concentrada na região central, onde se localizam a maioria dos cinemas, shoppings, teatros, bibliotecas e demais espaços públicos e privados, o que impõe barreiras de deslocamento e restringe o acesso da população periférica.

Nesse mesmo sentido, Bahia (2012) ressalta que os espaços públicos de lazer em Belém são utilizados prioritariamente por pessoas de baixa renda, já que as classes média e alta recorrem majoritariamente a clubes, restaurantes, cinemas e teatros. Ainda assim, a autora observa que o espaço público permanece como lócus de encontro entre diferentes grupos sociais, mesmo diante da segregação socioespacial.

A ausência, porém, não significa passividade: como apontam Barbosa et al. (2021), a população periférica cria práticas e sociabilidades alternativas em espaços improvisados, diante da falta de áreas adequadas e de equipamentos públicos de lazer, como ocorre no bairro da Terra Firme. São iniciativas culturais, esportivas e artísticas, organizadas de forma voluntária pelos próprios moradores, o que evidencia formas de resistência à negligência estatal.

Ademais, na Nova Doca, a implantação de um mirante elevado com arquibancadas e de atrações estéticas como o "balé das águas" e as fontes interativas, não configuram elementos essenciais de infraestrutura urbana, mas foram estrategicamente instaladas em uma área nobre da cidade para impressionar visitantes e delegações internacionais, reforçando a imagem de modernização em preparação para a COP-30.

Nesse sentido, a cidade é preparada para ser vista e consumida por um público externo, ao passo que seus habitantes — especialmente aqueles que vivem nas periferias — continuam privados do acesso a equipamentos básicos que garantam lazer, cultura e convivência comunitária. Como observa Maricato (2002), o urbanismo neoliberal se ancora em projetos de forte apelo midiático, voltados a criar imagens de modernidade e atrair investimentos, mas que pouco dialogam com a democratização da infraestrutura urbana. Essa lógica privilegia intervenções estéticas em áreas valorizadas, enquanto mantém a cidade real submetida a carências históricas.

Como resultado, as intervenções concentram-se em reforçar o valor simbólico e econômico do centro, aprofundando a desigualdade socioespacial e negando, às majorias periféricas, o exercício efetivo do direito à cidade, entendido não apenas como acesso físico aos bens e serviços urbanos, mas também como possibilidade de participação ativa na produção e gestão do espaço (LEFEBVRE, 2001). Assim, a promessa do direito à cidade, de uma urbanização inclusiva e democrática, continua sendo negada, enquanto a cidade vitrine se sobrepõe à cidade real.

3.3 SANEAMENTO PRECÁRIO, ALAGAMENTOS RECORRENTES E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS RESERVADAS ÀS ÁREAS NOBRES

A ausência de saneamento básico e a recorrência de alagamentos compõem um mesmo quadro de desigualdade socioespacial em Belém, que se acentua quando comparado às intervenções recentes

na área da Nova Doca. Este tópico analisa como a carência histórica de infraestrutura nas periferias — especialmente a falta de rede de esgoto, drenagem e contenção de cheias — aprofunda vulnerabilidades, enquanto áreas centrais recebem tecnologias sustentáveis e obras estruturantes em preparação para a COP-30.

Na Avenida Visconde de Souza Franco, a Doca, um dos metros quadrados mais caros da cidade, o projeto de saneamento e drenagem vai muito além da instalação de rede coletora de esgoto, tubulação de água potável e estrutura para o escoamento das águas pluviais. A Nova Doca será dotada de tecnologias inovadoras de saneamento, com wetlands flutuantes, jardins de chuva e biovaletas, capazes de filtrar naturalmente os efluentes e melhorar a qualidade da água.

Nos canais das periferias, a realidade é oposta: a ausência de qualquer tipo de tratamento faz com que funcionem como valões de esgoto a céu aberto, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida das populações que convivem diariamente com o mau cheiro, a proliferação de vetores e a contaminação hídrica. Conforme Silva e Pimentel (2020) destacam, a expansão da cidade ocorreu sem a correspondente ampliação da infraestrutura, de modo que grande parte da população ainda vive em áreas sem coleta de esgoto e abastecimento regular de água tratada, reproduzindo desigualdades históricas no acesso a serviços essenciais.

De acordo com Soares Junior (2023), no bairro da Terra Firme, a precariedade do saneamento básico é evidente: embora exista cobertura razoável de água encanada, não há coleta de esgoto suficiente para atender à demanda local. Muitos rios foram transformados em canais, como o Lago Verde, que hoje funcionam como depósitos de lixo e transbordam com frequência no período das chuvas, alagando ruas e residências.

Segundo Garcia e Ferreira (2017, apud Soares Junior et al., 2023), a ausência de saneamento básico tem reflexos diretos sobre a saúde coletiva, ampliando a incidência de doenças infecciosas e comprometendo a qualidade de vida dos moradores. Nessas áreas, as famílias vivem cotidianamente expostas a águas contaminadas e à precariedade da infraestrutura, sem qualquer perspectiva de receberem tecnologias semelhantes às instaladas no centro da cidade.

A apenas cinco quilômetros da Doca, a Vila da Barca — uma das áreas mais pobres e adensadas da cidade que sediará a COP-30 — sintetiza de forma emblemática essa desigualdade. Além de não dispor de saneamento básico adequado, de acordo com reportagens, a comunidade foi escolhida para abrigar uma estação elevatória de esgoto e deposição de resíduos das obras do Parque Linear da Doca de Souza Franco, mas sem contemplar as palafitas e sem consulta prévia aos moradores, o que gerou protestos e denúncias (G1 PARÁ, 2025; UOL ECOA, 2025).

A Vila da Barca é uma comunidade ribeirinha da periferia de Belém, uma das maiores comunidades palafitas da América Latina, situada em uma das áreas mais bem localizadas da cidade, vizinha ao bairro Umarizal, de alto padrão. Essa condição geográfica, no entanto, não se traduziu em investimentos estruturais. Ao contrário: a comunidade, formada por palafitas erguidas sobre as águas da Baía do Guajará, convive há décadas sem coleta de esgoto, sem abastecimento regular de água tratada e em permanente estado de vulnerabilidade socioambiental (FREITAS; TAVARES; RODRIGUES, 2025).

Assim, uma população historicamente excluída e vulnerável terá de conviver com os impactos ambientais e sanitários de uma obra que não foi pensada para atendê-la, mas para beneficiar os territórios já valorizados. Em contrapartida, os setores mais favorecidos da cidade acumulam ganhos simbólicos e econômicos, seja na valorização imobiliária, seja na apropriação de novos equipamentos urbanos, evidenciando a seletividade estrutural das políticas públicas e a reprodução das desigualdades territoriais.

Diante dos protestos e das denúncias, os moradores conseguiram uma audiência pública na comunidade, marcada por tensões, inclusive, moradores serviram água barrenta à mesa de representantes da Cosanpa, eis que estes afirmavam publicamente "tomar água da torneira" (FOLHA DE S. PAULO, 2025). Após o confronto público e a denúncia de exclusão nas obras de saneamento vinculadas à COP-30, o governo do Pará anunciou que a Vila da Barca, historicamente marginalizada, seria finalmente incluída nas intervenções de saneamento, pela empresa Águas do Pará — afiliada da Aegea Saneamento, empresa privada que venceu a concessão para prestar serviços de água e esgoto em 99 municípios do Pará, via licitação pública (ÁGUAS DO PARÁ, 2025).

Esse quadro evidencia que a Vila da Barca sintetiza o paradoxo da Belém da COP-30: uma comunidade periférica, pobre e historicamente negligenciada, localizada em área de grande valor imobiliário, mas destinada a receber o esgoto da cidade-vitrine. O caso revela não apenas a seletividade dos investimentos, mas também a lógica de uma urbanização excludente, que reforça a desigualdade socioespacial ao negar às maiorias periféricas o direito ao saneamento, ao meio ambiente equilibrado e à cidade.

Ademais, enquanto a Nova Doca contará com modernas comportas automáticas para conter o avanço da maré e o acúmulo da água da chuva, os bairros periféricos de Belém convivem há décadas com alagamentos recorrentes sem qualquer obra estruturante de drenagem ou contenção. No inverno amazônico, o número de ruas alagadas é significativamente maior nessas áreas, sobretudo onde há assoreamento, descarte de resíduos e falta de investimentos contínuos do poder público para enfrentar um problema histórico que assombra os moradores.

As famílias que vivem no entorno desses cursos d'água são as mais atingidas. Nessas áreas, alagamentos recorrentes invadem casas, danificam móveis e eletrodomésticos, comprometem materiais escolares e alimentos, geram custos imprevistos e colocam em risco a saúde dos moradores — um ciclo anual de perdas que aprofunda vulnerabilidades (SILVA; PIMENTEL, 2020).

Em comunidades como a Terra Firme, por exemplo, a ausência de saneamento adequado contribui para a propagação de doenças infecciosas, como diarreias, verminoses e leptospirose, agravadas pela constante exposição a águas contaminadas durante o período chuvoso (SOARES JUNIOR et al., 2023). Nessas condições, as famílias não apenas perdem bens materiais, mas enfrentam diariamente a insegurança e a precariedade impostas pela negligência estatal.

Essa configuração espacial traduz o que Miranda (2023) identifica como injustiça ambiental, na medida em que os impactos da urbanização desigual recaem de forma mais intensa sobre populações vulneráveis — em sua maioria negras e pobres —, que suportam os maiores custos sociais e ambientais. Enquanto isso, as áreas centrais e nobres concentram os investimentos públicos em infraestrutura urbana, reforçando um padrão seletivo e excludente de produção do espaço.

Como enfatizam Castro e Dias (2025), a seletividade dos investimentos urbanos em Belém revela um padrão de priorização de obras em territórios já consolidados e valorizados, em detrimento das periferias que mais necessitam de infraestrutura básica. Essa dinâmica traduz a injustiça socioambiental da cidade: enquanto a Nova Doca é preparada para exibir eficiência técnica e modernidade às vésperas da COP-30, os bairros periféricos seguem à margem, convivendo com enchentes sazonais que poderiam ser evitadas por meio de políticas públicas de drenagem e saneamento.

Assim, o contraste entre a Nova Doca e os bairros periféricos revela a seletividade no direcionamento dos recursos públicos: tecnologias sustentáveis e equipamentos urbanos são destinados a espaços já consolidados e valorizados, enquanto territórios populares seguem desassistidos, convivendo com esgoto a céu aberto e a ausência de políticas efetivas de saneamento. O resultado é a produção de uma cidade fragmentada, onde o saneamento se torna não apenas um serviço básico negado à maioria, mas também um marcador de exclusão urbana.

3.4 CARÊNCIA DE ÁREAS VERDES, ILHAS DE CALOR E DESIGUALDADES AMBIENTAIS

Entre as polêmicas do empreendimento, destaca-se a instalação dos chamados "jardins suspensos" ou "árvores artificiais", estruturas metálicas recobertas por plantas trepadeiras, concebidas para oferecer sombra em áreas onde o governo alega haver restrições para o plantio direto. A

justificativa oficial foi a de que se trata de uma inovação estética e funcional, inspirada em modelos internacionais, como os de Singapura (G1 PARÁ, 2025).

Contudo, a solução foi alvo de duras críticas de urbanistas e especialistas, que a consideraram um exemplo de projeto mal planejado, já que não previu a limitação do solo disponível para o plantio e não levou em conta alternativas mais simples e viáveis para a realidade amazônica. O paisagista Juliano Ximenes, da Universidade Federal do Pará, apontou que poderiam ter sido utilizadas espécies nativas de pequeno porte ou arbustos com raízes pouco profundas, capazes de gerar sombreamento sem comprometer tubulações e pavimentos. Já a arquiteta e urbanista Janaína Andrade, do Laboratório da Cidade, destacou que os jardins suspensos têm baixa capacidade de captura de carbono, alto custo de manutenção e impacto reduzido na biodiversidade, concluindo que o plantio de árvores reais seria muito mais eficaz para a recuperação ambiental urbana (G1 PARÁ, 2025).

A polêmica ganhou repercussão nacional e internacional, sendo noticiada por veículos como Sumaúma, UOL, Veja, Terra e Brasil de Fato, que apontaram a medida como exemplo de improviso, descaso e falta de alinhamento com políticas ambientais consistentes, em uma capital que será sediará um evento internacional que debaterá sobre meio ambiente e clima (SUMAÚMA, 2025; UOL, 2025; VEJA, 2025; TERRA, 2025; BRASIL DE FATO, 2025).

As chamadas "árvores fake" transformaram-se em símbolo de um modelo de urbanismo de fachada, de greenwashing urbano, termo que refere-se ao uso de estratégias de marketing ou ações pontuais que se apresentam como ambientalmente responsáveis, mas que, na prática, não produzem benefícios ambientais significativos e servem sobretudo para melhorar a imagem institucional de governos (VIEIRA, 2025).

Dessa forma, as "árvores artificiais" cumprem prioritariamente uma função estética e simbólica, mas desconsideram o papel estratégico das Soluções Baseadas na Natureza (SbN), amplamente defendidas por pesquisadores e organismos internacionais como a ONU-Habitat e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), justamente por sua capacidade de oferecer respostas estruturais e duradouras aos desafios urbanos e climáticos contemporâneos (PNUMA, 2022).

Diferentemente das intervenções artificiais e superficiais, segundo o relatório do PNUMA (2022), as árvores naturais desempenham funções ecológicas insubstituíveis: promovem a recarga do lençol freático, favorecem a infiltração da água da chuva, reduzem de forma efetiva as ilhas de calor urbanas e regulam o microclima. Além disso, oferecem sombra contínua, captura significativa de carbono e ampliam a conectividade ecológica, fatores diretamente alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às diretrizes internacionais de SbN. Assim, substituir essas

funções por soluções artificiais equivale a reforçar um modelo de urbanização frágil e pouco resiliente, em desacordo com os princípios globais de sustentabilidade e justiça socioambiental.

As contradições se tornam mais evidentes quando se considera que Belém já foi reconhecida como a 6ª capital menos arborizada do Brasil, segundo dados do Censo do IBGE de 2022. Apenas 44,65% da população da capital vive em áreas urbanas com pelo menos uma árvore no entorno de seus domicílios, situação que se agrava nas periferias, onde a população enfrenta altas temperaturas, escassez de sombras, ausência de cobertura vegetal e quedas de árvores centenárias durante o inverno amazônico (FERREIRA, 2025).

Uma pesquisa realizada pela InfoAmazonia (2025) analisou os mapas de calor gerados a partir de imagens do satélite Landsat 8, disponibilizadas pelo Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS). A partir desse levantamento, foram criados mapas comparativos entre diferentes pontos urbanos de Belém e áreas florestadas próximas. Os resultados mostram que a capital paraense, que sediará a COP-30, apresenta temperatura média 2,6 °C mais alta do que a registrada na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Combu, vizinha à cidade. Em cerca de 17,1% da superfície de Belém, a temperatura média é pelo menos 5 °C superior à verificada na região florestal protegida (MILLER, 2025).

A formação dessas ilhas de calor está associada à combinação de superfícies de concreto e asfalto, tráfego intenso, uso disseminado de ar-condicionado, ruas estreitas e edifícios altos, além da poluição atmosférica, que cria um "efeito estufa local" e intensifica o calor urbano. Esse fenômeno é ainda mais crítico nas periferias. O bairro da Sacramento, por exemplo, é o terceiro mais quente de Belém, registrando temperaturas cerca de 5,5 °C acima da Ilha do Combu e apresentando apenas 17,5% de cobertura vegetal, o que evidencia a desigualdade na distribuição da arborização (MILLER, 2025).

Nas periferias, a população convive com a ausência quase total de arborização efetiva, sendo cotidianamente exposta a ilhas de calor, altas temperaturas e escassez de áreas verdes. Esse contraste não apenas explicita a desigualdade no acesso a um ambiente urbano mais saudável, mas também mostra como a estética foi priorizada em detrimento de soluções ambientais concretas para os bairros populares (COSTA; TRINDADE JR., 2013).

Barbosa et al. (2021) observa que, na Terra Firme, a ausência de arborização nas ruas faz com que os moradores concentrem suas atividades de lazer nas primeiras horas da manhã ou no início da noite, quando as temperaturas são mais amenas. Mesmo com o asfaltamento de grande parte das vias, a falta de cobertura vegetal intensifica a sensação térmica em uma área já caracterizada pelo clima quente.

Em vez de priorizar o plantio de árvores e a ampliação de áreas verdes nas regiões periféricas mais carentes, optou-se pela instalação de equipamentos caros e de difícil manutenção em uma área central e privilegiada da cidade. Essa escolha reforça desigualdades históricas na distribuição dos investimentos urbanos e evidencia a contradição entre a cidade real, marcada por carências estruturais, e a cidade vitrine, projetada para atender a interesses de valorização simbólica e imobiliária.

A Tabela 1 sintetiza os principais pontos discutidos, organizando em forma comparativa as contradições entre a "cidade vitrine", materializada no Parque Linear da Nova Doca, e a "cidade real" das periferias de Belém. Essa sistematização busca facilitar a visualização dos diferentes padrões de urbanização evidenciados na preparação da cidade para a COP-30. De um lado, a Nova Doca aparece como vitrine de modernização e sustentabilidade; de outro, os bairros periféricos permanecem marcados por carências históricas, revelando a fragmentação socioespacial que estrutura a capital.

Tabela 1 – Cidade vitrine x cidade real: contradições da COP-30 em Belém

Dimensão	Cidade Vitrine (Nova Doca)	Cidade Real (Periferias)
Participação Popular	Decisões centralizadas, sem consulta efetiva; obra apresentada como símbolo de modernização.	Ausência de deliberação democrática; remoções em canais; famílias com indenizações baixas e sem alternativas dignas.
Obras e Investimentos	Parque Linear com ciclovias, paisagismo, mirantes, passarelas e "balé das águas"; recursos vultosos em área nobre.	Obras de drenagem iniciadas há décadas e nunca concluídas (ex. Tucunduba); investimentos irrisórios em bairros pobres.
Lazer e Cultura	Implantação de mirante elevado, quiosques, praças ajardinadas, fontes interativas e eventos culturais para turistas.	Falta de praças estruturadas, ciclovias e centros culturais; desertos de lazer em bairros como Terra Firme, Guamá e Jurunas.
Saneamento e Infraestrutura	Tecnologias inovadoras de saneamento: wetlands flutuantes, jardins de chuva, biovaletas e comportas automáticas para conter maré.	Canais poluídos e esgoto a céu aberto; ausência de drenagem; saneamento precário; doenças infecciosas recorrentes (diarreias, verminoses, leptospirose).
Alagamentos	Nova Doca contará com comportas modernas para evitar cheias em área central valorizada.	Alagamentos recorrentes em bairros como Terra Firme, Jurunas e Guamá; perdas materiais anuais; sensação de insegurança e abandono.
Áreas Verdes e Clima	Jardins suspensos e árvores artificiais (greenwashing); estética para o olhar internacional.	Baixa arborização (Belém é a 6ª capital menos arborizada do Brasil); ilhas de calor até 5,5 °C mais altas nas periferias.
Efeitos Socioespaciais	Valorização imobiliária, gentrificação e reforço da "cidade-espetáculo".	Racismo ambiental, exclusão socioespacial e negação do direito à cidade para as populações periféricas.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em análise documental e literatura especializada.

A análise da tabela sintetiza de forma emblemática as contradições que marcam a preparação da capital para sediar a COP-30, principalmente entre o Parque Linear da Nova Doca e as periferias urbanas de Belém. De um lado, ergue-se uma obra de forte apelo estético e midiático, implantada em uma das áreas mais valorizadas da cidade, equipada com tecnologias sustentáveis e espaços de lazer voltados à circulação de imagens globais. De outro, permanecem os bairros populares, onde os

moradores convivem cotidianamente com alagamentos, ausência de saneamento básico, falta de áreas verdes e insegurança sobre o futuro de seus territórios.

Esse contraste não é apenas urbanístico: ele explicita a lógica do urbanismo seletivo, na qual os investimentos públicos priorizam áreas já consolidadas e economicamente estratégicas, em detrimento de territórios vulneráveis. Como alertam Bauman (2001) e Lefebvre (2001), o resultado é a produção de uma "cidade espetáculo", projetada para o olhar estrangeiro, e a negação do direito à cidade à população periférica, que continua excluída do acesso equitativo aos bens e serviços urbanos.

As remoções forçadas em canais periféricos, as indenizações irrisórias e a ausência de participação popular nos processos decisórios reforçam o déficit democrático da política urbana de Belém. Trata-se de um modelo que, longe de garantir justiça socioambiental, reproduz racismo ambiental e amplia vulnerabilidades históricas, impondo às famílias pobres os custos da modernização seletiva.

A própria Nova Doca expressa, nesse sentido, o que Bauman descreve como modernidade líquida e globalização: um espaço construído para o consumo de imagens, para o fluxo do capital e para atender expectativas externas, enquanto a cidade real, onde vivem as maiorias, segue precarizada e invisível. Ao mesmo tempo, a Nova Doca acelera processos de valorização imobiliária e gentrificação, convertendo a cidade em plataforma de investimento (ROLNIK, 2015).

Como observa Bauman (2008), a globalização gera uma geografia marcada pela inclusão seletiva e pela exclusão permanente: enquanto alguns territórios são intensamente conectados às redes globais, outros permanecem invisíveis, condenados à marginalidade. É nesse contexto que se inscrevem as periferias de Belém, deixadas à margem do projeto de modernização urbana. A insegurança vivida pelos moradores ecoa o conceito de "medo líquido": um medo difuso, constante, sem contornos claros, renovado a cada notificação de despejo, a cada enchente que invade casas, a cada silêncio do poder público diante das demandas sociais.

Enquanto o centro é reconfigurado para ser vitrine global, as periferias seguem desassistidas, vivendo a precariedade cotidiana de esgoto a céu aberto, enchentes anuais, ausência de lazer e déficit de equipamentos culturais. Esse abismo entre "cidade vitrine" e "cidade real" não apenas reproduz desigualdades socioespaciais, mas compromete o futuro da cidade como espaço coletivo, fragmentando seu tecido urbano e social.

Ainda que seja cedo para mensurar de forma integral os impactos das obras vinculadas à COP-30, dado seu caráter contemporâneo e em grande parte inconcluso, já é possível identificar tendências e contradições centrais. A análise documental e teórica evidencia que, até o presente momento, o

modelo adotado reafirma práticas de urbanismo seletivo e de fachada, privilegiando a imagem global da cidade em detrimento da redução das desigualdades estruturais.

A preparação para a COP-30 deveria representar a oportunidade de reverter desigualdades estruturais e democratizar o acesso à infraestrutura urbana. No entanto, o que se observa é a reafirmação de uma lógica excludente, onde a imagem da cidade pesa mais que as necessidades da maioria. A seletividade dos investimentos mostra que, em Belém, a modernização ainda é privilégio de poucos, enquanto o direito à cidade permanece como promessa negada à população periférica.

Diante disso, as obras vinculadas à COP-30 revelam não apenas uma disputa territorial e simbólica, mas também um projeto de cidade que exclui, segrega e silencia aqueles que mais necessitam de políticas públicas estruturais. Para que Belém seja, de fato, uma cidade justa e sustentável, é urgente romper com a lógica da vitrine e colocar as periferias no centro da agenda urbana — não como espaços de remoção e descarte, mas como territórios de direito, dignidade e vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresenta limitações decorrentes da contemporaneidade das obras vinculadas à COP-30 e do caráter ainda inconcluso de muitas intervenções. A ausência de dados empíricos sistematizados impossibilita, neste momento, uma avaliação quantitativa robusta de seus impactos socioespaciais. Cabe reconhecer, ainda, que a significativa utilização de fontes jornalísticas, embora justificada pela atualidade do tema e escassez de literatura acadêmica específica sobre a COP-30 em Belém, impõe limitações quanto à profundidade analítica de alguns aspectos abordados. Por essa razão, as conclusões aqui apresentadas baseiam-se predominantemente na análise documental, normativa e teórica sobre urbanismo seletivo, modernidade líquida e direito à cidade, sem pretensão de esgotar a complexidade do tema.

Em relação aos objetivos específicos delineados, a pesquisa logrou: (1) analisar criticamente o Parque Linear da Nova Doca como obra emblemática da preparação de Belém para a COP-30, destacando seu papel simbólico de "cidade vitrine"; (2) evidenciar as contradições socioespaciais da modernidade líquida, especialmente na concentração de investimentos em áreas já valorizadas; (3) discutir os impactos jurídicos, urbanísticos e sociais do urbanismo seletivo, relacionando-os ao direito à cidade, à justiça ambiental e aos processos de gentrificação e financeirização característicos de megaeventos urbanos; e (4) comparar sistematicamente o contraste entre a cidade central valorizada e a cidade real das periferias negligenciadas, evidenciando as contradições na distribuição territorial dos recursos públicos.

Os resultados da análise permitem concluir que as intervenções ligadas à COP-30, longe de priorizarem a redução de desigualdades históricas, expressam a lógica do urbanismo de fachada, voltado à projeção internacional da imagem de Belém. Ao privilegiar áreas centrais e nobres, como a Doca, o planejamento urbano reafirma a seletividade dos investimentos, ao mesmo tempo em que marginaliza bairros periféricos que permanecem privados de saneamento, áreas verdes e equipamentos de lazer.

A leitura baumaniana da globalização e da modernidade líquida contribuiu para compreender a COP-30 como catalisador de dinâmicas já em curso: a fluidez de políticas urbanas que priorizam prazos imediatos em detrimento de soluções estruturais; a criação de cidades-espetáculo que privilegiam a estética em lugar da inclusão; e a produção de "resíduos humanos", na forma de populações descartadas ou removidas em nome da modernização seletiva.

No plano jurídico, constatou-se que o processo de preparação para a COP-30 desrespeita princípios fundamentais do Estatuto da Cidade, sobretudo a gestão democrática e a função social da propriedade. A ausência de participação popular efetiva na definição das obras e a negligência com comunidades impactadas configuram não apenas déficit democrático, mas violação ao direito urbanístico e à justiça ambiental, conforme apontado por Miranda (2023) e Rolnik (2015).

Do ponto de vista social e territorial, o contraste entre a Nova Doca e os bairros periféricos revela a reprodução de desigualdades estruturais que acompanham a formação urbana de Belém. Enquanto a região central recebe investimentos em tecnologias sustentáveis e paisagismo de alto custo, a periferia segue exposta a esgoto a céu aberto, alagamentos recorrentes e ausência de áreas verdes, confirmando a fragmentação socioespacial diagnosticada por Bauman (2010) e Lefebvre (2001) e evidenciando a produção desigual do espaço urbano típica das contradições do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2016).

No campo econômico, observa-se a intensificação da financeirização do espaço urbano, na medida em que as obras da COP-30 transformam a cidade em plataforma de valorização imobiliária e atração de investimentos privados. Esse processo, como argumenta Rolnik (2015), resulta na expulsão silenciosa de populações de baixa renda, seja por remoções diretas em obras de drenagem, seja pela elevação dos preços dos imóveis nas áreas requalificadas — dinâmica que, conforme demonstram Castro e Dias (2025), caracteriza os processos de gentrificação associados a megaeventos urbanos.

Do ponto de vista científico, este trabalho contribui para a ainda escassa produção acadêmica sobre os efeitos socioespaciais de megaeventos na Amazônia urbana. Sua relevância reside em oferecer um referencial crítico inicial para compreender como Belém, ao sediar a COP-30, se insere no circuito global da modernidade líquida sem, contudo, superar suas desigualdades internas. O estudo avança,

assim, na sistematização de elementos teóricos e documentais que podem subsidiar pesquisas futuras de caráter empírico e comparativo.

O caso da Nova Doca demonstra que, se não forem tensionados e questionados criticamente, megaeventos podem reforçar desigualdades históricas, aprofundar processos de gentrificação e consolidar um modelo de urbanismo excludente. Em contrapartida, a COP-30 poderia ser uma oportunidade única para repensar a política urbana de Belém, democratizando investimentos, garantindo consulta popular e priorizando as periferias. Essa escolha definirá se a conferência ficará na memória como símbolo de transformação inclusiva ou como mais um capítulo do urbanismo de exceção que transforma a cidade em espetáculo para alguns e em exclusão para muitos.

Por fim, recomenda-se que investigações posteriores aprofundem a análise dos impactos efetivos das obras da COP-30 sobre a população periférica de Belém, mediante pesquisas longitudinais que acompanhem os processos de gentrificação e deslocamentos forçados; estudos quantitativos sobre alterações na dinâmica imobiliária e nos preços de imóveis nas áreas requalificadas; análises etnográficas das transformações na qualidade de vida urbana das comunidades impactadas; e avaliações comparativas com outros megaeventos realizados em cidades da América Latina, visando identificar padrões e especificidades regionais. A construção de indicadores socioambientais específicos para o contexto amazônico urbano também se apresenta como agenda de pesquisa fundamental para compreender as contradições entre discursos climáticos globais e práticas locais de urbanização. A observação de processos como gentrificação, deslocamentos forçados, alterações na dinâmica imobiliária e mudanças na qualidade de vida urbana permitirá validar empiricamente hipóteses levantadas neste estudo. Em síntese, a COP-30 representa mais que um evento climático: constitui um espelho das contradições da modernidade líquida, no qual Belém se apresenta ao mundo como vitrine, mas expõe, ao mesmo tempo, as fragilidades e exclusões que estruturam sua urbanização.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. Nova Doca: espaço garante mais lazer e geração de renda no Pará. Belém, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/56252/nova-doca-espaco-garante-mais-lazer-e-geracao-de-renda-no-para>. Acesso em: 20 ago. 2025.

AGRASSAR, Hugo; DIAS, Daniela Maria dos Santos; SOARES, Dennis Verbicaro. Dano ambiental na cidade líquida: um estudo de caso da Braskem em Maceió. Revista de Direito da Cidade, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 2211-2233, 2024. DOI: 10.12957/rdc.2023.79682. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/79682>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ÁGUAS DO PARÁ. Governo do Pará anuncia início das obras de saneamento na Vila da Barca, em Belém. [2025]. Disponível em: <https://www.aguasdopara.com.br/governo-do-para-anuncia-inicio-das-obras-de-saneamento-na-vila-da-barca-em-belem/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BAHIA, Mirleide Chaar. O lazer e as relações socioambientais em Belém. 2012. 307 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/3220/6/Tese_LazerRelacoesSocioambientais.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

BARBOSA, Helena Doris de Almeida et al. Políticas públicas de lazer em uma periferia amazônica: o bairro da Terra Firme (Belém/PA). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, v. 8, n. 1, p. 79-103, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://ihgp.net.br/revistaojs/index.php/revihgp/article/view/29>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. Medo líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas: a modernidade e seus excluídos. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL DE FATO. Paisagismo em Belém para COP30 gera críticas e reforça debate sobre racismo ambiental. Brasil de Fato, 4 abr. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/04/paisagismo-em-belem-para-cop30-gera-criticas-e-reforca-debate-sobre-racismo-ambiental>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CARTA AMAZÔNIA. Remoções para obras da COP causam preocupação e indignação em moradores da periferia de Belém. Belém, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://cartamazonia.com.br/3460-2/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CARTA CAPITAL. COP das Baixadas: Descentralização do debate climático na cidade da COP30. Carta Capital, 16 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cop-das-baixas-descentralizacao-do-debate-climatico-na-cidade-da-cop30/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CASACOR. Parques lineares: o que são e como ajudam a deixar as cidades mais verdes. [2025]. Disponível em: <https://casacor.abril.com.br/pt-BR/noticias/casacor-explica/parques-lineares-o-que-sao-e-como-ajudam-a-deixar-as-cidades-mais-verdes>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CASTRO, Ana Beatriz Amaral de; DIAS, Daniella Maria dos Santos. Belém, COP-30 e o direito à cidade: megaeventos, gentrificação e exclusão socioespacial. Aracê – Direitos Humanos em Revista, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 9062-9079, 2025. DOI: 10.56238/arev7n2-261. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3493>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CNN BRASIL. Governo do Pará entrega 1ª etapa de parte do complexo para COP30. CNN Brasil, 31 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/governo-do-para-entrega-1a-etapa-de-parte-do-complexo-para-cop30/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FERREIRA, Marcela. Sede da COP30, Belém é a 6ª capital menos arborizada do Brasil, revela Censo do IBGE. Terra – Planeta, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/planeta/sede-da-cop30-belem-e-a-6-capital-menos-arborizada-do-brasil-revela-censo-do-ibge,8abf21fdaf27d4b2c32de8f3596aa661xm96ijb5.html>. Acesso em: 27 ago. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Comunidade em Belém confronta empresa de saneamento com água suja da torneira. Folha de S.Paulo, Cotidiano, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/04/comunidade-em-belem-confronta-empresa-de-saneamento-com-agua-suja-da-torneira.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FREITAS, Olga Lúcia Castreghini de; TAVARES, Maria Goretti da Costa; RODRIGUES, Roberta Menezes. Remoções, demolições, resíduos... abrindo os caminhos para a COP30. Observatório das Metrópoles, 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/remocoes-demolicoes-residuos-abrindo-os-caminhos-para-a-cop30/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

G1. Belém a quatro meses da COP30. Profissão Repórter, TV Globo, 29 jul. 2025. Programa televisivo. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/video/belem-a-quatro-meses-da-cop30-edicao-de-29072025-13799228.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2025.

G1 PARÁ. Comunidade centenária de palafitas, sem saneamento, vai abrigar estação de esgoto de áreas nobres na capital da COP-30. G1, 8 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/08/08/comunidade-centenaria-de-palafitas-sem-saneamento-vai-abrigar-estacao-de-esgoto-de-areas-nobres-na-capital-da-cop-30.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2025.

G1 PARÁ. Entenda a polêmica dos "jardins artificiais" que imitam árvores na cidade sede da COP-30. G1 Pará, 1º abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/04/01/entenda>

polemica-de-jardins-artificiais-que-imitam-arvores-na-cidade-sede-da-cop-30.shtml. Acesso em: 21 ago. 2025.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAYDEN, Diego Andrews. Produção de espaços e equipamentos de lazer na beira: um estudo de caso na periferia de Belém-Pará-Amazônia. Papers do NAEA (UFPA), Belém, v. 31, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/13029>. Acesso em: 21 ago. 2025.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LOBATO, Flavio Henrique Souza; BAHIA, Mirleide Chaar. Espaços convencionais de lazer em Belém (PA), entre o centro e a periferia: de que lazer estamos falando e para quem? Revista Brasileira de Estudos do Lazer, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 111-134, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/36940>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. [número das páginas]. Disponível em: <https://labcs.ufsc.br/files/2011/12/07.-MARICATO-E.-As-ideias-fora-do-lugar-e-o-lugar-fora-das-ideias.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MILLER, Nicholas. Ilhas de calor em Belém e Manaus são até 10 °C mais quentes do que áreas vizinhas de floresta. InfoAmazonia, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2025/06/13/ilhas-de-calor-em-belem-e-manaus-sao-ate-10oc-mais-quentes-do-que-areas-vizinhas-de-floresta/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MIRANDA, Thales Barroso. A ilusão da igualdade: natureza, justiça ambiental e racismo em Belém. 1. ed. Belém: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, 2023. 205 p. ISBN 978-65-80485-10-9 (impresso); 978-65-80485-08-6 (digital). Disponível em: <https://anpur.org.br/a-ilusao-da-igualdade-natureza-justica-ambiental-e-racismo-em-belem/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Soluções baseadas na natureza: oportunidades e desafios para aumentar a escala. Nairobi, 12 out. 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/solucoes-baseadas-na-natureza-oportunidades-e-desafios-para-aumentar-escala>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SASSINE, Vinicius. COP30 gera tensão em moradores da periferia de Belém com previsão de demolição de casas. Folha de S.Paulo, Ambiente, 27 fev. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/02/cop30-gera-tensao-em-moradores-da-periferia-de-belem-com-previsao-de-demolicao-de-casas.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS DO PARÁ (SEOP). Nova Doca atinge 93% de execução e revela visual da Quadra 5. SEOP – Notícias, 4 ago. 2025. Disponível em:

<https://seop.pa.gov.br/noticias/nova-doca-atinge-93-de-execu%C3%A7%C3%A3o-e-revela-visual-da-quadra-5>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SILVA, Jaqueline Portal da; PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. O déficit na oferta de serviços de infraestrutura em saneamento básico: um recorte histórico do processo de urbanização no município de Belém - Pará. *Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 162-185, 2020. DOI: 10.21664/2238-8869.2020v9i1.p162-185. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2986>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SOARES JUNIOR, Antônio et al. Saúde e qualidade de vida na periferia: reflexões a partir de aspectos da saúde coletiva no bairro da Terra Firme em Belém (PA). *RevistaFT*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 1222-1236, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/saude-e-qualidade-de-vida-na-periferia-reflexoes-a-partir-de-aspectos-da-saude-coletiva-no-bairro-da-terra-firme-em-belem-para/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SUMAÚMA. Árvores fake são a nova invenção antiecológica do governo do Pará para receber a COP30. *Sumaúma*, 3 abr. 2025. Disponível em: <https://sumauma.com/arvores-fake-sao-a-nova-invencao-antiecologica-do-governo-do-para-para-receber-a-cop30/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SUMAÚMA. Vale tudo para maquiar Belém para a COP-30? *Sumaúma*, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/vale-tudo-para-maquiar-belem-para-a-cop-30/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

TERRA. Árvores artificiais plantadas para a COP30 causam polêmica nas redes sociais: descaso e falta de conhecimento. *Terra – Planeta*, 8 abr. 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/planeta/cop30/arvores-artificiais-plantadas-para-a-cop30-causam-polemica-nas-redes-sociais-descaso-e-falta-de-conhecimento,224aaa7bdfb83d21bc19df2828b40b9ngndpub.html>. Acesso em: 21 ago. 2025.

UOL. O que são árvores sustentáveis em Belém que causaram revolta. *UOL Notícias – Meio Ambiente*, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2025/04/09/o-que-sao-arvores-sustentaveis-em-belem-que-causaram-revolta.htm>. Acesso em: 21 ago. 2025.

UOL ECOA. Obra de saneamento para a COP30 exclui comunidade de palafitas em Belém. *UOL ECOA*, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2025/06/17/obra-cop-belem-esgoto-vila-da-barca-protestos-comunidade-palafitas.htm>. Acesso em: 22 ago. 2025.

VEJA. COP30: de quem foi a ideia de plantar árvores de plástico em Belém? *Veja – Coluna Gente*, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/cop30-de-quem-foi-a-ideia-de-plantar-arvores-de-plastico-em-belem/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

VIEIRA, Bruno Soeiro. Os sinais de 'greenwashing' nos preparativos urbanos de Belém para sediar a COP 30. *Terra – Planeta*, 16 abr. 2025 (atualizado em 23 abr. 2025). Disponível em: <https://www.terra.com.br/planeta/cop30/os-sinais-de-greenwashing-nos-preparativos-urbanos-de-belem-para-sediar-a-cop-30,062e2cf66b8592c68cc72d149a723e10hlf4we0e.html>. Acesso em: 21 ago. 2025.